



distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e da sua controlada. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua Controlada a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ  
Original in English signed by  
Luís Claudio França de Araújo - Contador CRC RJ-091559/O-4

Id: 2248392

## Brasympe Energia S.A

CNPJ/MF Nº 04.832.696/0001-59

**Relatório da Administração:** Exercício social - 2019: Aos Srs Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Brasympe Energia S.A. ("Cia"), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2019. A Cia, constituída em 17/12/01, foi criada para atender o Programa de Energia Emergencial lançado pelo Governo Federal (Cia Brasileira de Energia Emergencial-CBEE), logo após a crise de energia ocorrida ainda em 2001. Na época, tornou-se a maior fornecedora de energia no referido programa do Governo Federal. Os contratos com a CBEE tiveram seu encerramento em 31/12/2005, quando os acionistas optaram por desmobilizar os empreendimentos, aplicando parte dos recursos de caixa disponíveis na compra do controle acionário (60%) da Termocabo S.A. ("Termocabo"), o que foi concretizado em 14/05/07. A partir de então, a Brasympe teve a sua atenção voltada para gestão dos ativos e dos passivos administrativos e judiciais remanescentes de sua atuação como geradora até 2005, além de atuar diretamente na administração e operação de sua controlada Termocabo. **Informações relevantes:** Em agosto de 2006, a Cia recebeu da SRF dois autos de infração referentes à exação do PIS e da COFINS, cujos valores históricos em 31/12/2012 e 2011 eram de R\$9.571 mil e R\$44.403 mil, respectivamente. A discussão administrativa dos mencionados autos de infração tramitou perante o CARF, com decisão desfavorável à Brasympe. A Cia seguiu com a discussão via judicial, pelo obteve êxito com a suspensão das respectivas exações fiscais. Atualmente este processo tramita perante o STJ com recurso especial da Fazenda. Em 31/12/2019, o saldo atualizado dos sobreditos autos de infração é de R\$114.796 mil (R\$112.035 mil em 2018). Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Cia este processo possui chance de perda possível. Por tal razão, não foi constituída provisão. Em 12/01/2009, a controlada Termocabo recebeu auto de infração da SRF, no montante original de R\$26.009 mil, relativos à exação do PIS e da COFINS. Em maio de 2017, a controlada Termocabo restou sucumbente da causa que se encerrou em sede administrativa. Em novembro de 2017 a Cia ingressou com ação judicial protocolando Ação

Anulatória de Débito Fiscal junto ao TRF/DF. Em maio de 2018 a Termocabo obteve sentença favorável. A Fazenda interpôs Recurso à sentença e ainda aguardamos seu julgamento. Em 31/12/2019, o saldo atualizado deste processo administrativo fiscal é de R\$ 46.961 mil (R\$44.772 mil em 2018). Baseada na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda da ação é considerada possível, sendo assim, não foi provisionada. Restituição fiscal recebida pela Brasympe - Ao final da operação (2005), em razão do programa emergencial, a Brasympe Energia S.A. apurou significativo prejuízo fiscal. Relativamente ao exercício social de 2005, a Brasympe possuía saldo negativo de IRPJ no valor total de R\$17.037.522,54. Neste sentido, antes de expirar o prazo prescricional, por deliberação da Diretoria na época, a Cia ingressou com pedido de compensação e restituição dos créditos apurados (per/dcomp). Em 2013, a RFB em Despacho Decisório homologou apenas as compensações efetuadas e deferiu parcialmente o pedido de restituição. Dessa forma, do valor de R\$17.037.522,54, foi compensada a quantia de R\$1.426.198,42 e autorizada a restituição do valor de R\$ 2.735.846,04. Interpusemos Recurso Voluntário (processo administrativo nº 12448.720901/2013-74) no CARF, argumentando o direito ao crédito do montante que não havia sido homologado, a saber, de R\$12.875.478,04. O Recurso Voluntário foi provido por unanimidade, reconhecendo integralmente o crédito alegado. A União desistiu de Recurso Especial e os autos baixaram para Delegacia da RFB-RJ para autorização de pagamento. Em junho/2019 recebemos da União o montante de R\$ 37.259.547,27 (valor atualizado da restituição pleiteada). No dia 22/07/2019, o processo administrativo nº 12448.720901/2013-74 foi enviado para o Arquivo Digital da RFB. **Análise econômico-financeira:** A Administração desenvolveu em 2019 a reavaliação de seu quadro de funções administrativo-financeira e técnica, objetivando melhoria nos controles e gestão das informações e aproveitamento de recursos e sinergia entre as empresas controladora e controlada. Foram adotadas medidas preventivas e implantadas práticas de governança corporativa, a fim de mitigar a exposição aos riscos. Baseados nas discussões com as diversas áreas da Cia e nas avaliações dos pontos críticos do negócio, foram identificados os ajustes necessários no sistema de con-

troles internos e, se aplicável, os efeitos no balanço patrimonial e no resultado do exercício. Alcançamos melhorias em todos os índices de lucratividade em relação ao ano anterior. Durante o exercício, a controlada Termocabo vem sendo demandada a despachos bem abaixo do ocorrido em anos anteriores. Houve uma evolução significativa dos indicadores de lucratividade com base no resultado consolidado comparados ao exercício anterior conforme demonstrado: Margem Bruta de 26% (23% em 2018), Margem operacional (EBIT/RL) foi de 27% (7% em 2018). A Margem Líquida de 20% (7,8% em 2018), ROCE de 23,7% (7% em 2018). O lucro líquido consolidado da Companhia do exercício de 2019 foi de R\$ 14.597 mil (R\$ 7.292 mil em 2018). **Política de Dividendos:** Com base na Lei das S.A., bem como no próprio estatuto social da companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado de cada exercício. A AAGO delibera ou não pela distribuição destes dividendos, se considerados incompatíveis com a situação financeira da Cia. Em junho de 2019 a Cia recebeu ressarcimento de crédito tributário no valor de R\$ 37 milhões aproximadamente. A partir deste ingresso financeiro ao caixa da Cia, a mesma efetuou liquidação da conta de Reserva Especial de Dividendos Acumulados no valor de R\$ 18.027.061,21, além da distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 4,2 milhões (balanço de junho/19), conforme deliberação em AGE datada de 27/08/19. Considerando o Resultado do exercício de 2019 com lucro líquido no valor de R\$ 9.012.934,16 a Diretoria propõe a distribuição aos acionistas dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 2.253.233,54, além dos dividendos adicionais no valor de R\$ 6.759.700,62. Deste total, retirados os dividendos intermediários mencionados e já distribuídos aos acionistas, em Assembleia a ser deliberada pela Cia, restará a distribuição da quantia total de R\$ 4.812.934,16. **Governança corporativa:** As políticas e práticas de governança corporativa da Cia possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus Stakeholders, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação. RJ, 13/02/2020.

**Dagoberto da Silva Chaves** - Diretor Presidente.

**Benjamin Francisco da Costa Neto** - Diretor Administrativo-Financeiro

Balancos Patrimoniais (em Milhares de Reais)	Controladora				Consolidado				
	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>		<b>74.080</b>	<b>91.318</b>	<b>109.451</b>	<b>136.867</b>				
<b>Circulante</b>		<b>30.007</b>	<b>8.906</b>	<b>72.308</b>	<b>58.992</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	7	1.288	1.651				
Títulos e valores mobiliários	5	27.823	7.364	50.040	34.481				
Contas a receber	6	-	-	4.665	9.607				
Dividendos a receber	13	1.980	986	-	-				
Estoques	7	-	-	10.333	11.652				
Impostos e contribuições a recuperar	8	188	46	604	639				
Transações com partes relacionadas	9	-	503	5	508				
Outros créditos	10	10	-	5.373	454				
<b>Não circulante</b>		<b>44.073</b>	<b>82.412</b>	<b>37.143</b>	<b>77.875</b>				
Impostos diferidos	26	-	-	557	2.981				
Impostos e contribuições a recuperar	8	3.889	41.470	3.890	41.470				
Depósitos judiciais	12	453	453	453	453				
Depósitos para reinvestimento	11	-	-	5.914	5.506				
Outros créditos	10	160	160	160	160				
Investimentos	13	39.556	40.319	-	-				
Imobilizado	14	15	10	20.157	21.293				
Intangível	15	-	-	6.012	6.012				

Demonstrações dos Resultados	Controladora				Consolidado				
	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida	22	-	-	71.323	93.641				
Custo do serviço	23	-	-	(52.353)	(71.945)				
Lucro operacional bruto		-	-	18.970	21.696				
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>									
Despesas gerais e administrativas	24	(2.111)	(2.061)	(9.044)	(8.340)				
Outras recargas (despesas) operacionais	25	1.107	413	8.705	(6.152)				
		(1.004)	(1.648)	(339)	(14.492)				
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>				<b>(1.004)</b>	<b>(1.648)</b>	<b>18.631</b>	<b>7.204</b>		
<b>Resultado financeiro</b>									
Despesas financeiras	26	(10)	(17)	(703)	(740)				
Receitas financeiras	26	1.650	1.541	3.708	3.721				
<b>Total do resultado financeiro</b>				<b>1.640</b>	<b>1.524</b>	<b>3.005</b>	<b>2.981</b>		
Equivalência patrimonial	13	8.377	4.449	-	-				
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>				<b>9.013</b>	<b>4.325</b>	<b>21.636</b>	<b>10.185</b>		
Imposto de renda corrente	27	-	-	(3.365)	(3.794)				
Contribuição social corrente	27	-	-	(1.249)	(1.550)				
Imposto de renda diferido	27	-	-	(1.782)	1.802				
Contribuição social diferida	27	-	-	(642)	649				
<b>Lucro líquido do exercício</b>				<b>9.013</b>	<b>4.325</b>	<b>14.598</b>	<b>7.292</b>		
Atribuível aos acionistas controladores		-	-	9.013	4.325				
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	5.585	2.967				

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	Controladora				Consolidado				
	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>									
Lucro antes do IR e da contribuição social		9.013	4.325	21.636	10.185				
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais									
Equivalência patrimonial		(8.377)	(4.449)	-	-				
Depreciação		-	10	2.069	4.222				
Impostos diferidos		-	-	2.424	(2.450)				
Taxas regulamentares		-	-	(18)	(1.339)				
Provisão para contingências		(1.106)	312	(1.176)	396				
<b>Total</b>		<b>(470)</b>	<b>198</b>	<b>24.935</b>	<b>11.014</b>				
<b>Aumento (redução) nos ativos operacionais</b>									
Contas a receber		-	-	4.942	1.405				
Dividendos recebidos		8.146	5.202	-	-				
Estoques		-	-	1.319	(2.114)				
Impostos e contribuições a recuperar		37.439	3.104	37.615	3.030				
Transações com partes relacionadas		503	(503)	503	(504)				
Outros créditos		(10)	-	(4.919)	1.185				
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>									
Fornecedores		(12)	(28)	(106)	113				
Transações com partes relacionadas		-	-	(6.048)	861				
Salários, férias e encargos sociais a pagar		34	(5)	(57)	11				
Tributos a recolher e parcelamento de imposto		23	(6)	(101)	(96)				
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(7.426)	2.468				
Outros débitos		-	-	(905)	(3.499)				
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais</b>				<b>45.653</b>	<b>7.057</b>	<b>47.158</b>	<b>15.044</b>		
<b>Atividades de investimentos</b>									
Depósito para reinvestimento		-	-	(408)	(1.022)				
Baixa de investimento		-	22	-	-				
Títulos e valores mobiliários		(20.459)	(4.577)	(15.559)	(6.719)				
Baixa de imobilizado, líquido de depreciação		-	-	-	284				
Adição de imobilizado		(5)	(2)	(933)	(74)				
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>				<b>(20.464)</b>	<b>(4.557)</b>	<b>(16.900)</b>	<b>(7.531)</b>		
<b>Atividades de financiamentos</b>									
Dividendos pagos		(25.190)	(2.495)	(30.621)	(5.977)				
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>				<b>(25.190)</b>	<b>(2.495)</b>	<b>(30.621)</b>	<b>(5.977)</b>		
<b>Aumento (Redução) caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>(1)</b>	<b>5</b>	<b>(363)</b>	<b>1.536</b>		
<b>Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>									
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		7	2	1.651	115				
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		6	7	1.288	1.651				
<b>Aumento (Redução) caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>(1)</b>	<b>5</b>	<b>(363)</b>	<b>1.536</b>		

**Relatório dos Auditores Independentes:** Aos Administradores e Acionistas da Brasympe Energia S.A. R.J. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasympe Energia S.A. ("Brasympe" ou "Cia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasympe Energia S.A. em 31/12/2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Cia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia e sua controlada são aqueles com responsabilidade

Lucro líquido do exercício  
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos  
Atribuível aos acionistas controladores  
Atribuível aos acionistas não controladores

9.013 4.325 14.598 7.292  
- 9.013 4.325  
- - 5.585 2.967

pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência

Diretor Presidente: Dagoberto da Silva Chaves  
Diretor Administrativo-Financeiro: Benjamin Francisco da Costa Neto  
Conselho de Administração: Presidente: Pedro Robalinho de Barros;  
Adagir de Salles Abreu Filho; Gustavo Sepúlveda; Rafael Homem de Carvalho Zonis  
Marco Antonio de Araújo - Contador - CRC-RJ 051626-0

de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Cia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela